

Especial

Coca-Cola cria empresa com 17 fabricantes para cuidar do portfólio de bebidas sem gás **Página B4**

Expectativa de uma boa safra de balanços do terceiro trimestre faz Ibovespa subir **Página D2**

Congresso Fiscalização do trabalho escravo coloca em lados opostos política do governo e bancada ruralista

Pagrisa expõe contradições da base aliada

Caio Junqueira
De São Paulo

A entrada do PMDB na base governista no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aumentou a presença de ruralistas entre os aliados e fomentou a ocorrência de maiores divergências político-ideológicas, na medida em que essa mesma base agrega setores historicamente adversários aos ruralistas, como os movimentos ligados aos direitos humanos e à reforma agrária. Na atual legislatura, a bancada do agronegócio é composta por 102 parlamentares, dos quais 61 integram a base, número bem superior ao do primeiro mandato, quando apenas 33 dos 112 ruralistas apoiavam o governo no Congresso.

O mais eloquente exemplo disso até o momento é o caso da Pará Pastoril e Agrícola S/A, ou Pagrisa, única usina de álcool paraense, que foi autuada, entre 28 de junho e 8 de julho, em uma fiscalização do grupo móvel contra a erradicação do trabalho escravo do Ministério do Trabalho. Trata-se de um latifúndio de 17 mil hectares localizado em Ulianópolis, sudeste do Estado, que se tornou um símbolo das contradições de um governo que abriga espectros ideológicos opostos. Para os fiscais, a rescisão do contrato de 1.064 trabalhadores representa a maior ação de libertação da história do país. Para os ruralistas, foi o maior caso de abuso de poder e de irregularidades da história do país. No meio do embate, está o governo federal e duas de suas mais vistosas políticas: a promoção do Brasil como a meca do etanol e o combate ao trabalho escravo no país.

Tão logo assumiu o cargo e embalado pelos setores progressistas que sempre estiveram no seu entorno, Lula lançou o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. O plano contempla a necessidade de aprovação da proposta de emenda constitucional do trabalho escravo, que prevê a expropriação para reforma agrária de propriedades onde for constatado trabalho escravo. Considerada pelos especialistas como uma das principais medidas, por pressão da bancada ruralista — que no primeiro mandato tinha um terço de seus integrantes na base governista — a PEC não andou. Ou melhor, depois da comoção nacional causada pelo assassinato de três fiscais do trabalho em uma emboscada em Unaí (MG), foi aprovada em primeiro turno na Câmara. A partir daí, caiu no ostracismo.

O relator da PEC, Tarcísio Zimmermann (PT-RS), explica a razão: “Passou a ser de pouca prioridade para o Executivo e de permanente barganha política da bancada ruralista, que barrou a ida ao segundo turno de votação. Chegamos a pedir ao governo que ao menos colocasse em votação, mas não fomos atendidos.” Ainda assim, o combate ao trabalho escravo avançou. Entre 1995 e 2002, 5.835 trabalhadores foram libertados no país. De 2003 a setembro deste ano, foram 18.759.

Mas foi no segundo mandato que as contradições emergiram com mais força. Lula encampou de vez o etanol como política de Estado e chegou a chamar os usineiros de heróis, “porque todo mundo está de olho no álcool”. Simultaneamente, passou a enfrentar questionamentos de setores à esquerda sobre as condições de trabalho da produção do combustível. As principais críticas vêm da Comissão Pastoral da Terra, entidade com grande capilaridade na região Norte e Nordeste que é a principal depositária de denúncias de exploração de trabalho escravo nas propriedades rurais. “Lamento que em um momento de grande euforia econômica com a comercialização dos produtos agrícolas brasileiros no exterior, não se tomem medidas claras para pela garantir de condições dignas de trabalho”, afirma o frei Xavier Plassat, liderança do movimento.

Lula ainda não se posicionou so-

bre o caso Pagrisa. No limite, deu declarações conciliatórias. Em entrevista recente ao jornal espanhol “El País”, comparou o trabalho do cortador de cana ao dos mineiros ingleses da Revolução Industrial. “É um trabalho muito duro, quase desumano. As pessoas o fazem porque necessitam. Como se fazia antes nas minas de carvão. As minas não eram menos degradantes do que a colheita de cana. E eu preferiria passar toda minha vida cortando cana do que passar uma semana nessa mina. Mas aquele trabalho nas minas permitiu que o mundo chegasse ao que chegou”.

Uma explicação para o seu silêncio está justamente no fato de o governo querer evitar uma indisposição tanto com setores ligados ao PT, como ao setor mais proeminente do agronegócio nacional, o do etanol, que embasa discursos que o presidente faz mundo afora. Além disso, Lula sabe da fragilidade da base no Senado e quer evitar ao máximo mais problemas na Casa até a votação da CPMF.

Atualmente, a voz ruralista mais forte no Congresso é a senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Viúva há 20 anos, herdou do marido uma propriedade rural e a partir daí engajou-se na causa. Atual vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, foi por dez anos presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins. Eleita deputada federal em 2001, já no ano seguinte foi a primeira mulher a chefiar a Frente Parlamentar da Agricultura. Ela é relatora da Comissão Especial Externa do Senado Federal montada para investigar a atuação dos fiscais do Ministério do Trabalho na Pagrisa. “O grupo móvel existe há 12 anos e de lá para cá surgiram diversas denúncias de exageros. O ministério não deve se colocar acima do bem e do mal. Ele mesmo deve investigar. Não pode fechar os olhos e achar que nada acontece”, afirmou ao **Valor**.

Após investigar a ação na Pagrisa, o resultado esperado da comissão é que sejam sugeridas na lei diferenças entre irregularidades trabalhistas, trabalho degradante e trabalho análogo ao escravo, três gradações diferentes para agressões aos direitos trabalhistas, sociais e humanos, na qual o trabalho escravo é o mais grave. Mas as declarações da senadora sugerem um rumo que a comissão pode tomar: a de investigar fiscalizações progressas dos grupos móveis, por abuso de poder. Algo que o diretor-proprietário da Pagrisa, Marcos Zancaner, acusa: “Os fiscais consideraram infração pequenos

Presidente quer evitar confronto com governistas até a aprovação da prorrogação da CPMF

problemas que poderiam ser sanados ali. Perguntaram também a todos os empregados se queriam sair para receber três meses de seguro-desemprego do ministério. Claro que houve uma debandada, pois o trabalho ali é só durante a safra, por seis meses. Temos casos de trabalhadores que nem haviam começado o trabalho e foram dispensados pelos fiscais.”

A hipótese de que o caso Pagrisa pudesse ter sido resolvido sem que alcançasse a proporção que tomou é aventada por um procurador do Trabalho especialista em trabalho escravo: “Não acredito em excessos, mas acho que a questão poderia ter sido resolvida ali mesmo”. A instalação da comissão foi justificada por que abriu a crise. Os fiscais se sentiram intimidados e, em um contra-ataque por determinação do ministério, suspenderam suas ações em todo o país desde 21 de setembro. O trabalho deverá ser retomado esta semana.

As acusações sobre a Pagrisa são, basicamente, de que os trabalhadores dormiam em redes, não tinham água potável, a comida servida comumente estava estragada e causava diarreias, a jornada de trabalho era extensa e as di-

Financiamento cativo

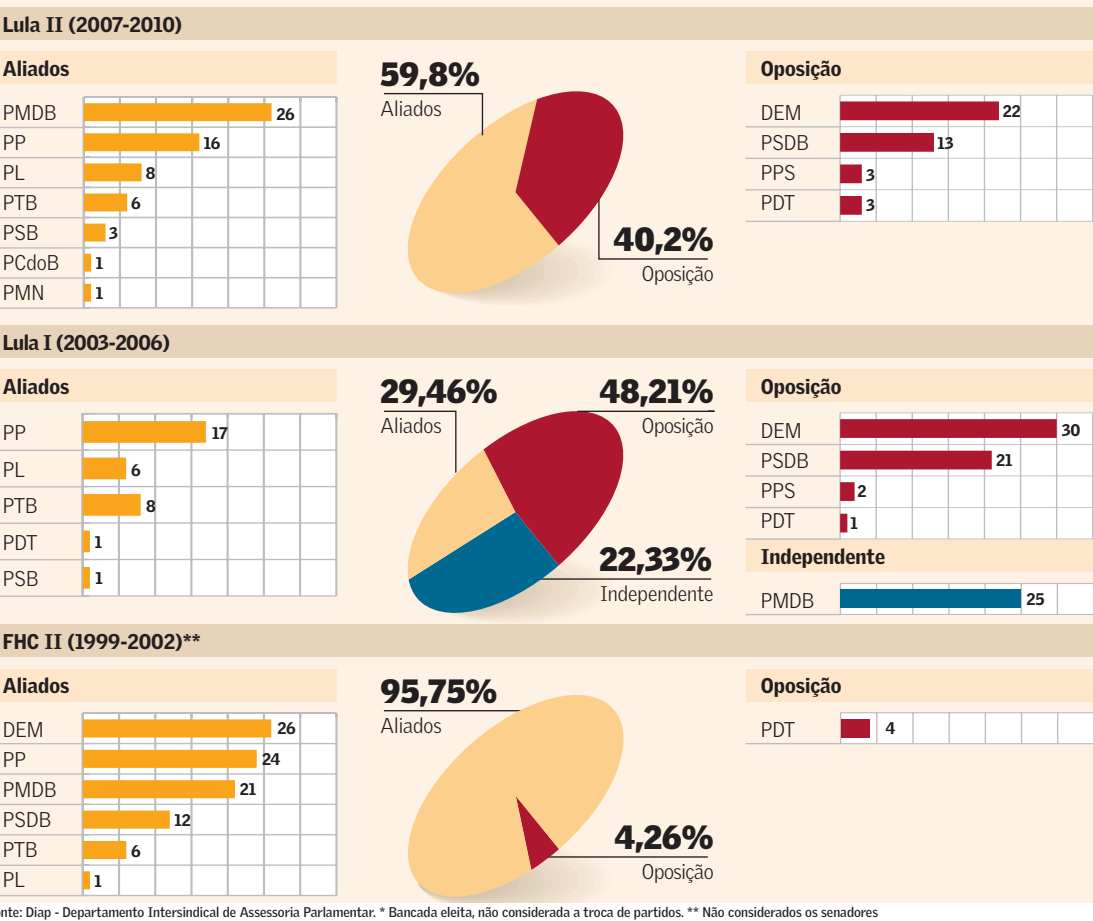
Empresas que constam ou constaram da lista suja do Ministério do Trabalho que financiaram campanhas

Nome	Cargo disputado	Ano	Resultado	Doadora	Valor da doação
Ana Júlia Carepa (PT-PA)	Governadora	2006	Eleita	Siderúrgica Marabá	R\$ 109,5 mil
Marcelo Déda (PT-SE)	Governador	2006	Eleito	Siderúrgica do Maranhão	R\$ 50 mil
Siqueira Campos (PSDB-TO)	Governador	2006	Não-eleito	Fazenda Santa Rosa do Pará	R\$ 10 mil
José Sarney (PMDB-AP)	Senador	2006	Eleito	Siderúrgica Gusa-Nordeste	R\$ 50 mil
Blairo Maggi (PPS-MT)	Governador	2002	Eleito	Fazenda Leonardo	R\$ 115 mil
Marconi Perillo (PSDB-GO)	Governador	2002	Eleito	Fazenda Maciel II	R\$ 12,2 mil
Eunício de Oliveira (PMDB-CE)	Deputado federal	2006	Eleito	Siderúrgica do Maranhão	R\$ 25 mil
Olavo Calheiros (PMDB-AL)	Deputado federal	2006	Eleito	Siderúrgica do Maranhão	R\$ 25 mil
Armando de Queiroz Monteiro Neto (PMDB-PE)	Deputado federal	2002	Eleito	Destilaria Gameleira	R\$ 2,4 mil

Fonte: TSE. Site Congresso em Foco, tese de mestrado: “Os Acionistas da Casa-Grande”, de Leonardo Sakamoto

Base ruralista*

No segundo mandato, aumentou a presença de defensores do agronegócio entre os aliados do governo



Fonte: Diap - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. * Bancada eleita, não considerada a troca de partidos. ** Não considerados os senadores



Manifestante em audiência no Senado: fiscalização será retomada

vidas contraídas na farmácia e no restaurante eram tamanhas que muitos dos contracheques recebidos apontam valores irrisórios, como R\$ 2 ou R\$ 6. Em alguns casos, o contracheque apontava o “recebimento” de R\$ 0.

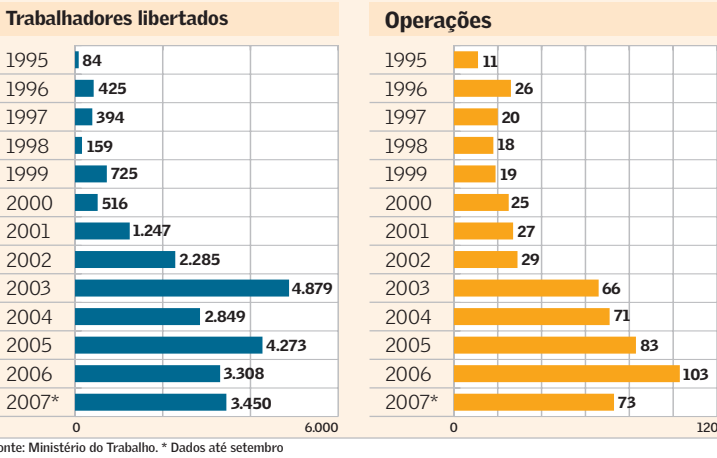
Criado em 1995 após um pacto de atuação conjunta no ano anterior entre Ministério Público, Ministério do Trabalho e Polícia Federal, a finalidade do grupo móvel é fiscalizar as denúncias com a segurança da presença de integrantes desses três órgãos, já que é comum os fiscais sofrerem coações. Há relatos de porteiros trancadas com os fiscais dentro da propriedade, tratores e camionetes impedindo a passagem, todas dos carros oficiais “repentinamente” desparafusadas, ou mesmo “conselhos” dos ad-

ministradores das propriedades de que o local onde estão é um tanto “inóspito e afastado” e que, assim, faz-se necessário “todo cuidado”. Telefonemas de políticos locais ao auditor que comanda a operação também são comuns.

No caso Pagrisa, o primeiro a atuar foi o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), um suplente que assumiu o cargo em 2005 após o afastamento do titular, Duciomar Costa, eleito prefeito de Belém em 2004. Ribeiro esteve na empresa já durante a fiscalização e contactou outros ruralistas em Brasília. A empresa também teve o apoio do delegado regional do Trabalho do Pará, Fernando Coimbra, o que causou a revolta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. A entidade encaminhou ao

Alforria crescente

Ação contra escravidão aumenta desde 1995



Fonte: Ministério do Trabalho. * Dados até setembro

ministro do Trabalho, Carlos Lupi, um pedido de exoneração do delegado, um funcionário público ligado ao PDT e que chegou ao cargo por meio de uma indicação política do comando paraense da sigla, seguindo a orientação do ministro Carlos Lupi, presidente do partido, de que as bancadas pedetistas regionais tentassem ocupar os comandos das DRTs.

A atuação de parlamentares em favor de uma empresa não é novidade. Três casos recentes são considerados emblemáticos. Em 2005, uma destilaria de propriedade do empresário Eduardo Queiroz Monteiro, irmão do presidente da Confederação Nacional da Indústria e deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto (PTB-PE), foi recordista na libertação de trabalhadores pelos fiscais: 1.003. Acabou sendo incluída na “lista suja” do governo, que arrola as empresas flagradas com escravos e automaticamente as impede de receber financiamentos públicos. Com a medida, teve a comercialização de seu álcool cortada pelas distribuidoras. Em vão, o então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), telefonou para o presidente do Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis questionando as razões do cancelamento da compra do álcool produzido pela destilaria. A saída foi a troca de nome. Eduardo Monteiro formou uma nova destilaria, Araguaia, e incorporou a antiga.

Trocando em miúdos

A maior incidência de trabalho escravo ocorre nas áreas de expansão agrícola da Amazônia legal e do cerrado. Pará e Mato Grosso são líderes em libertações, enquanto Piauí e Maranhão são os principais “fornecedores” de trabalhadores, que rumam ao oeste fugindo da seca em suas cidades e deixando para trás, por meses, suas famílias. Após o aliciamento pelos “gatos”, intermediadores que os “contratam”, são levados às grandes propriedades, derrubam a mata e preparam a terra em geral para a prática da pecuária e para a produção de carvão vegetal, muito utilizado por siderúrgicas paraenses para a produção de ferro-gusa e aço. Mais recentemente, esses trabalhadores passaram a ser utilizados para o cultivo e colheita da cana.

Mas o produto do trabalho escravo não fica circunscrito a essas áreas. Um levantamento feito pela ONG Repórter Brasil com base na chamada “lista suja”, traçou a cadeia produtiva de 80 dessas empresas. A constatação foi de que há muito mais gente relacionada ao trabalho escravo do que se divulga. Viu-se, por exemplo, que a soja de algumas fazendas autuadas era comprada por empresas do porte de Cargill, Bunge e Coimbra, gigantes do setor. A carne em alguns casos tinha como destino final supermercados do Sul e Sudeste de grandes redes varejistas, como Carrefour e Wall-Mart. O estudo levou o Instituto Ethos a firmar um pacto voluntário para que empresas e instituições cortem vínculos em sua cadeia produtiva com empresas presentes na lista. Em pouco mais de dois anos, quase 200 organizações de grande porte e de diversos setores aderiram, inclusive as acima mencionadas.